

Novo Plano Nacional de Educação é aprovado no Senado e segue para sanção presidencial

Com contribuições da APP-Sindicato e da CNTE, o novo PNE garante metas históricas como o investimento de 10% do PIB e a valorização dos(as) profissionais da educação para os próximos dez anos

O Senado Federal aprovou, na última quarta-feira (25), o novo Plano Nacional de Educação PNE (PL 2.614/2024) que define as diretrizes e metas da política educacional brasileira para o decênio 2026-2036. Construído de forma democrática e com a colaboração da APP-Sindicato, a aprovação do novo PNE é considerada uma demonstração de força da democracia e da organização da classe trabalhadora. O texto segue agora para sanção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Enviado pelo Poder Executivo ao Congresso em 2024, o texto foi aprovado pela Câmara em dezembro de 2025. No Senado, foi analisado e aprovado pela Comissão de Educação e Cultura (CE) na manhã da quarta-feira (25) e enviado com urgência para o Plenário, sendo aprovado em votação simbólica.

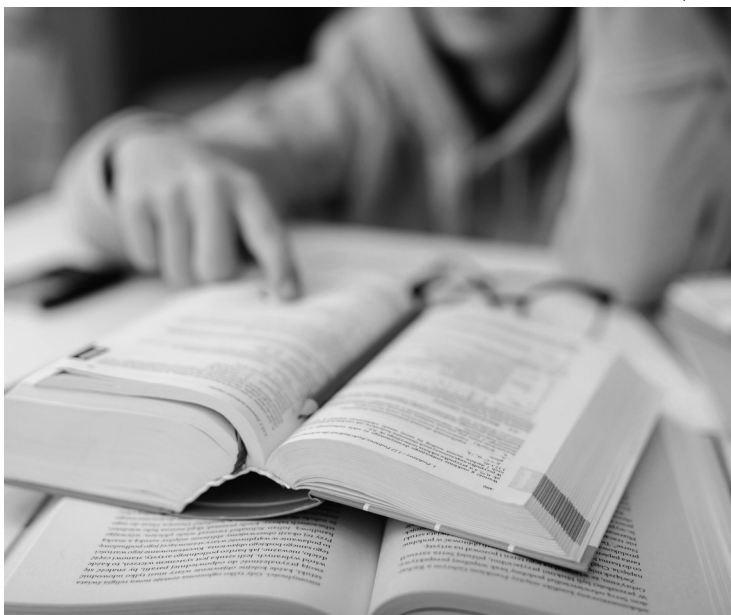
O novo PNE contém 19 objetivos, entre eles: universalização da pré-escola e ampliação de vagas em creches; alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental; educação integral em tempo ampliado; valorização profissional com foco no aumento progressivo de profissionais em cargos efetivos (concurso público) e planos de carreira.

Para Marlei Fernandes, vice-presidenta da CNTE e secretária de Assuntos Jurídicos da APP-Sindicato, um dos maiores triunfos do novo texto é o escalonamento do investimento público em educação. Atualmente em cerca de 5,5% do PIB, o montante deverá atingir 7,5% em sete anos, chegando a 10% ao final da década. Esse aporte é fundamental para viabilizar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) e o Sistema Nacional de Educação (SNE).

Plano

O plano foi elaborado pelo Ministério da Educação, com contribuições de um grupo

Foto: Karola G no Pexels / Canva



“O plano garante a equidade, a justiça social, acrescenta o Sistema Nacional de Educação, fala da sustentabilidade, do acesso, da equidade de direitos e valorização profissional. Garante os 10% do PIB e do custo aluno qualidade. Na valorização profissional, no mínimo 70% de trabalhadores concursados, o piso, a carreira, a formação continuada”, destaca a vice-presidenta da CNTE e secretária de Assuntos Jurídicos da APP-Sindicato, Marlei Fernandes.

de trabalho, da sociedade, do Congresso Nacional, de estados, municípios e conselhos de educação, além de sugestões feitas durante a Conferência Nacional de Educação (Conae), em janeiro de 2024. No Paraná, a etapa estadual da Conae foi realizada entre os dias 27 e 28 de novembro de 2023, na sede estadual da APP-Sindicato, em Curitiba.

Durante a tramitação no Senado, a relatora do projeto, Teresa Leitão (PT-PE), barrou emendas que tentavam desviar recursos públicos para o setor privado através de vouchers e homeschooling. A bancada conservadora tentou emplacar pautas que retiravam o foco da formação plena para a cidadania, mas a pressão sindical garantiu a manutenção de um texto progressista.

“A direita tentou mais uma vez colocar processos antidemocráticos, e também a iniciativa privada, com mais força como homeschooling e voucher, mas isso foi derrotado novamente. Então foi uma aprovação muito importante, definidora para a educação brasileira”, avalia Marlei. Confira a matéria completa no site da APP-Sindicato.

APP-Sindicato cobra da Seed soluções para temas que têm afetado a rotina e direitos dos(as) educadores(as)

Durante reunião, dirigentes abordaram reclamações e denúncias sobre jornada dos(as) PAEE, sala de recursos, obrigatoriedade do PedFor, língua espanhola e educação no sistema prisional

Dirigentes da APP-Sindicato realizaram uma reunião com a Secretaria de Estado da Educação (Seed) para cobrar soluções para pautas urgentes que têm afetado a rotina e direitos dos(as) educadores(as) da rede pública estadual, como as distorções na jornada de trabalho dos(as) professores(as) PAEE, sala de recursos, obrigatoriedade do PedFor, manutenção do ensino da língua espanhola e questões da educação no sistema prisional.

Para a secretária Educacional, Aparecida Reis Barbosa, e para o secretário executivo Educacional da APP-Sindicato, Vandré Benedito da Silva, a reunião foi muito importante e necessária diante da quantidade de denúncias e reclamações recebidas. Os(as) dirigentes destacam que as intervenções foram propositivas, visando a garantia de direitos da categoria, e que o sindicato vai continuar monitorando e cobrando o atendimento das tratativas realizadas.

Mesmo reconhecendo o caráter positivo da reunião, realizada no dia 12 de março, os(as) dirigentes reforçaram a necessidade de um canal de escuta direta para a categoria e que a APP-Sindicato continuará monitorando o cumprimento dos acordos. A orientação à categoria é documentar qualquer irregularidade e enviar as denúncias para o e-mail denuncias@app.com.br.

Leia a matéria completa no site da APP-Sindicato.